

Revista **Toque Solidário**

Brasília - DF · Ano II · Edição nº5 · Agosto a Novembro/2015

Qual é a sua?

Muitas são as soluções empreendedoras para quem desafia o trabalho e a geração de renda.

#GRUPO PRODUTIVO

#ESCAMBO

#E-COMMERCE

#REDE DE COMERCIALIZAÇÃO

#COOPERATIVISMO

#CONSUMO COMPARTILHADO

#EMPREENHIMENTO ECONOMICO SOLIDARIO

#FUNDO DE INVESTIMENTO

#INCUBADORA SOCIAL

#EMPREENDEDORISMO SOCIAL

#EMPREENHIMENTO COLABORATIVO

#ACELERADORA

Panorama Cooperativo

Iniciativas em busca da ressocialização desenvolvem atividades de inclusão aos presos e ex-detentos.

Meio Ambiente

Escolas da rede pública de ensino do Gama incentivam o cultivo de hortas orgânicas, e benefícios alimentares.

Venha depositar
suas economias
na COOSERVCREC

e ganhar as melhores
taxas de juros. Aqui
seu dinheiro vale mais!

**Organização financeira
para os servidores do GDF a
serviço dos seus cooperados.**

**Aplicação financeira com os melhores juros.
Empréstimos com as melhores taxas e prazos.**



COOSERVCREC

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO
DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL LTDA.

**SHS Qd. 1 Bl A, Lj. 36/7 - Galeria do Hotel Nacional
Brasília-DF Tel/fax: 61 - 3236 3321**

EVENTOS

- 6. Workshop de soluções financeiras
- 6. Encontro de políticas integradas de Economia Solidária
- 7. Circuito de Economia Solidária
- 8. Dia de Cooperar
- 9. Intercooperação

OPORTUNIDADES



FOTO: A. Belarido Barbosa

10 Negócios Sociais - Lançamento de livro Mude você o mundo

12. Negócios Colaborativos

PANORAMA COOPERATIVO

- 16. Mulheres traçando novo caminho profissional
- 17. Arte em Retalhos tem box na Feira da Torre de TV



FOTO: Portal UOL

18 Cooperativa Sonho de Liberdade recicla madeira

PONTO DE VISTA

- 19. Artigo capacidade de inovar por Eustáquio Santos

FOTO: Ascom/Funap



14 Em busca da ressocialização

MEIO AMBIENTE

FOTO: ADM LAGO NORTE



20 Viveiro do Lago Norte atrai participação da comunidade

OPINIÃO

- 22. Prorrogação da Lei 13.019/2014, por Abrahão Junior

CAMINHO DAS PEDRAS

- 24. Governança e Gestão Cooperativa em quadrinhos

ENTREVISTA

- 26. Subsecretária de Políticas Culturais da Secretaria de Cultura do DF, Mariana Soares Ribeiro

PRÁTICAS

FOTO: ACERVO APAHS/DF



28 Escolas do Gama implantam cultivo de horta orgânica

LEGISLAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

- 30. PL 4685/2012 e Plano Nacional de Economia Solidária

Empreendedores são agentes de mudanças

Evidencia-se um novo paradigma na economia para reinventar as formas de geração de renda. São as iniciativas, fruto de criatividade ou da colaboração, para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos e solucionar problemas sociais.

Os empreendedores são agentes de mudanças. Eles estão por toda parte. Nas corporações, buscando oportunidades e convertendo em negócios para a própria empresa ou nas comunidades, onde, em vez de buscar oportunidades de negócios, identificam problemas que afetam os moradores e propõem solução por meio de empresa/organização com a finalidade de geração de trabalho e renda.

O empreendedor da economia tradicional, em que oportuni-

dades geram negócios e lucros, é substituído pelo empreendedor social, onde problemas sociais geram soluções rentáveis para os trabalhadores.

Assim, a economia alternativa floresce com distribuição de renda. Os empreendimentos econômicos sociais não são do terceiro setor. Não são Ongs, nem Oscips, nem filantropia. São negócios sociais que podem movimentar a economia, gerar recurso e criar mercado.

Amplia-se, também, um caminho profissional que impulsiona o conhecimento, a prática, as atitudes e as decisões. O saber, o saber fazer, o querer saber e os valores ganham destaque nesta economia que já abala velhas práticas, mas que exige fomento.

Expediente

Revista Toque Solidário é uma publicação da Cooperativa Central de Apoio ao Sistema ECOSOL no Distrito Federal Base Brasília – Ltda. Faz parte do programa de promoção do intercâmbio de experiências, objetivando promover o fortalecimento do cooperativismo e sua integração com os movimentos e as instituições que defendem a Economia Solidária.

Diagramação e arte final:
Carará Editora Produções
Saber Ltda - ME
Julia Oga

Edição:
Teresinha Pantoja – Jornalista RP 4104 DRT/DF

Jornalistas:
Camila Schreiber
Luísa Dantas

Colaboradores nesta edição:
Eustáquio Santos
Isadora Nunes de Oliveira
Cleber Marques - Desenho em quadrinho

Revisão: Kíssila Vasconcelos

Fotografias:
Camila Schreiber e Luísa Dantas

Editora:
Carará Editora Produções
Saber Ltda - ME

Periodicidade:
Quadrimestral (abril, agosto e dezembro)

Circulação:
Distrito Federal e Entorno

Tiragem:
10 mil exemplares

Impressão:
H.E Soluções Gráficas Ltda – ME

Endereço:
SHS - Q. 01 - Conjunto A - Lojas 36/37
Galeria do Hotel Nacional - Brasília/DF
CEP: 70.322-900

Informações:
E-mail: revistatoquesolidario@gmail.com
Site: www.ecosolbasebrasil.com.br
Telefax: (61) 3202.7550
Celular: (61) 9618.7639

Redação / Comercial:
revistatoquesolidario@gmail.com



FOTO: ArquivoSICOOB Planalto

Planalto Central promove

Workshop de Soluções Financeiras

O Sicoob Planalto Central promoveu, em parceria com o Sicoob Confederação, em 28/5, o primeiro *workshop* de Soluções Financeiras. O evento, realizado no auditório do Centro Corporativo Sicoob (CSS), em Brasília (DF), contou com a presença de técnicos e dirigentes da Central e de suas cooperativas filiadas, do Bancoob, do Sicoob Confederação, além de representantes de Centrais e singulares de outras regiões do país.

No *workshop* foram apresentadas as tecnologias do Sicoob, com destaque para os dados e indicadores da evolução de processamento e transações e as principais evoluções implementadas; a ferramenta de Inteligência Competitiva no Relacionamento com os Associados; as funcionalidades e vantagens da Plataforma de Crédito; informações e dados do PLD e Prevenção a Fraudes; os cursos e o modelo operacional da Universidade Si-

coob, além do resumo do primeiro ano de atividade do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). “Acreditamos que o evento foi um sucesso, pois cumpriu o objetivo de difundir as novidades tecnológicas e financeiras de maneira sistêmica para o público das centrais e singulares do Sicoob”, afirmou o presidente do Sicoob Planalto Central, José Alves de Sena (Foto acima - centro).

Encontro de políticas integradas reúne empreendimentos de Economia Solidária

Em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, o Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno realizou, no dia 20 de maio, o I Encontro de Políticas Integradas de Economia Solidária do DF, que ocorreu no auditório do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília.

O evento apresentou painéis das ações de Economia Solidária no DF, onde representantes das entidades de assessoria puderam apresentar andamentos dos projetos. Além disso, o encontro também proporcionou uma mesa de diálogo do poder público com as trabalhadoras e trabalhadores da Economia Solidária do DF.

Evento promoveu mesa de diálogo.

Ideias apresentadas – A proposta do evento era reunir, em um só local, empreendimentos econômicos solidários – EESs, entidades de assessoria à Economia Solidária com projetos em execução e órgãos do poder público (Senaes, Secult, SDE, Sedest, Setrab GDF), com dois principais objetivos: dar visibilidade à Economia Solidária do DF e Entorno, e fortalecer uma agenda de articulação e trabalho voltada à política pública de Economia Solidária.



FOTO: Rosimeri Pereira



FOTO: Luisa Dantas

Iniciativa reuniu artesãos

O estacionamento próximo ao Parque Ana Lúcia, no Parque da Cidade, foi o local escolhido para a realização da 1ª Feira do Circuito Ecosol de Brasília, que ocorreu entre os dias 4 e 5 de julho deste ano. O evento é uma iniciativa realizada a partir da parceria entre o Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno (FES-DFE) e a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo do Governo de Brasília.

O circuito congregou, em um único lugar, feiras e atividades formativas de diferentes locais de Brasília e Regiões Administrativas, onde os brasilienses puderam encontrar produtos artesanais, trabalhos manuais, alimentos diretos do agricultor familiar e arte popular — todos produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária.

De acordo com o diretor de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho e do Empreendedorismo, Fabrício Soares Lino, estão ocorrendo encontros, desde o início do ano, para mapear as necessidades do setor. Entre as reivindicações, a principal é sobre locais para a comercialização dos produtos. A in-

tenção, segundo o diretor, é fazer feiras mensais em diferentes Regiões Administrativas de Brasília.

Rosimeri Mello Pereira, representante do Fórum de Ecosol do Distrito Federal e Entorno, avalia que as feiras de Economia Solidária se constituem não apenas como um espaço de exposição e comercialização direta de produtos dos empreendimentos econômicos solidários, mas em um momento de trocas solidárias, de roda de negócios, de apresentações culturais e artísticas, de informação e formação em Economia Solidária, articulação de cadeias produtivas, bem como ao estímulo do consumo ético e solidário.

A iniciativa reuniu 38 empreendimentos e três redes de Economia Solidária do Distrito Federal. Segundo os organizadores, mais de 600 pessoas circularam pelo local. Maria da Consolação Toledo Costa, expositora representante da Rede Pequi — entidade formada por 12 grupos só de mulheres —, mostrou-se animada com a realização da feira, mas reivindicou do poder público a criação de pontos fixos para a comercialização.



FOTO: Luisa Dantas

Ajudar o movimento a crescer



Thiago Jarjour é subsecretário de Empreendedorismo da Secretaria de Trabalho e do Empreendedorismo do DF.

O subsecretário de Empreendedorismo da Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo do Distrito Federal, Thiago Jarjour, assumiu o cargo com um compromisso também com a Economia Solidária. Decidiu conhecer as necessidades dos empreendimentos econômicos solidários para propor políticas públicas sólidas e bem fundamentadas no Distrito Federal.

O trabalho feito por Thiago e também pelo diretor de Economia Solidária da Secretaria, Fabrício Lino, é conhecer os movimentos de Economia Solidária na região e seus pleitos. “Escutamos do povo e percebemos que o que todos querem é colocar a Economia Solidária nas ruas”, comentou Thiago, enfatizando que, independente da existência de um Plano de Economia Solidária, a intenção é ajudar o movimento a crescer.

Contato com a Subsecretaria (61) 3255-3806

Próximo Circuito Ecosol dias 09 e 10 de setembro no Setor Bancário Norte

Feira reuniu vários produtos durante fim de semana, entre peças artesanais e comidas típicas, além de oficinas no Parque da Cidade.

FOTO: Camilla Schreiber



Dia de Cooperar: grande corrente do bem

Mais de cem voluntários se juntaram sábado (dia 4 de julho) na Praça do Relógio, em Taguatinga (DF), para comemorar as ações de responsabilidade social desenvolvidas na celebração do Dia Internacional do Cooperativismo, comemorado sempre no primeiro sábado do mês de julho. O evento, que foi promovido pelo Sistema OCDF-Sescoop/DF, com o apoio das cooperativas e do Sistema OCB, também celebrou o Dia C, Dia de Cooperar, com ações simultâneas em todo o Brasil.

As pessoas que passaram pela praça se juntaram à celebração e utilizaram alguns dos serviços gratuitos que estavam sendo oferecidos, entre eles, oficinas de educação financeira e de artesanato, emissão de carteira de trabalho, exames médicos, aferição de pressão, glicemia e de mamografia; além de apresentações de dança, shows, teatro, pintura de rosto e distribuição de pipoca e algodão doce.

O evento em Brasília contou

com a participação de 13 cooperativas de diferentes ramos de atividades econômicas, que se uniram para mostrar as ações de voluntariado desenvolvidas em prol da comunidade. Além disso, promoveu a intercooperação para mostrar a força do movimento cooperativista e sua capacidade de solidariedade e de permanente responsabilidade social.

O Dia C - Dia de Cooperar - ofereceu uma oportunidade para reu-



Roberto Marazi - Presidente.

nir a família, aproveitar os serviços gratuitos, as apresentações culturais, artísticas, brincadeiras e outros momentos de descontração que animaram a celebração. Para tanto, diversos parceiros somaram-se à iniciativa do voluntariado cooperativista.

O presidente do Sistema OCDF-Sescoop/DF, Roberto Marazi, ressaltou a importância da movimento "O Dia C integra o DNA das cooperativas, conscientes da missão de convencer a sociedade de que essas instituições promovem a felicidade dos associados e, conseqüentemente, de toda a comunidade ao redor. O Dia C é um movimento marcante que mostra o engajamento das cooperativas do Distrito Federal e todo o Brasil com a responsabilidade social, em busca de uma sociedade mais justa e menos desigual. O objetivo é formar uma grande corrente do bem contribuindo para transformar a vida daqueles que mais precisam", declarou.

Foto: Arquivo OCDF/Sescoop-DF

Ramos do cooperativismo se unem para celebrar a intercooperação

Na noite de sábado (08/08) o Sistema OCDF-Sescoop/DF promoveu a solenidade de encerramento do 15º Cooperjogos, com um jantar de confraternização no Unique Palace. O evento é realizado anualmente e faz parte das comemorações do Dia Internacional do Cooperativismo (comemorado no 1º sábado do mês de julho).

O evento contou com a presença da superintendente do Sistema OCB/MS, Dalva Garcia Caramalac; do subsecretário de Empreendedorismo da Secretaria de Trabalho do DF, Thiago Jarjour; do organizador do Miss DF 2015, Cloves Nunes, e da Miss DF 2015, Amanda Balbino, além de dirigentes, de conselheiros da OCDF e do SESCOOP/DF, de cooperados, de funcionários de coope-

rativas e familiares.

O presidente do Sistema OCDF-Sescoop/DF, Roberto Marazi, ressaltou a importância da integração dos cooperativistas. "O Cooperjogos simboliza, na prática, o momento em que os vários ramos do cooperativismo se unem para celebrar a intercooperação" informou.

CAMPEÕES As equipes classificadas em 1º, 2º e 3º lugar nos jogos receberam troféus. O Ramo Agropecuário foi o vencedor da 15ª edição do Cooperjogos, o segundo lugar ficou para o Ramo Educacional e o terceiro lugar Ramo Crédito.

CONCURSO MISS E MISTER Foi destaque o concurso de Miss e Mister do Cooperativismo, Miss

e Mister Simpatia, Miss e Mister Elegância. Nívia Maria Silva Costa (Ramo Trabalho) e Rafael Saldanha Custódio (representando os Sistemas OCDF e OCB) receberam os títulos de Miss e Mister Cooperativismo. Fyama Da Silva Miranda e João Victor Bandeira Soares (Ramo Educação) receberam os títulos Miss e Mister Elegância. Greicyane Rodrigues Neves (Ramo Crédito) e Diogo Araújo dos Santos (Ramo Agropecuário) receberam os títulos de Miss e Mister Simpatia.

CONCURSO ELAS E ELOS

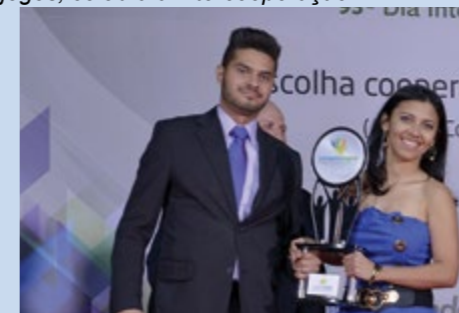
Na oportunidade, foi divulgado o vencedor do Concurso Elas e Elos, cujo selecionado foi o projeto Digital Padrão apresentado pela cooperativa Coopersystem.



Solenidade de encerramento do 15º Cooperjogos, celebra a intercooperação.



Vencedores do 15º Cooperjogos exibem troféus.



Miss e Mister do Cooperativismo.

Fotos: Raniere Foto Estilo Arte



Informações sobre o livro *Mude Você, Mude o Mundo: Manual do Empreendedorismo Social*, e o autor: www.gabrielcardoso.com.br

A essência dos negócios sociais

Alguém já ouviu falar que toda necessidade gera uma oportunidade? Esta expressão remete a um conceito tradicional de empreendedorismo. O empreendedor, por necessidade, busca fonte de renda, transforma uma ideia em oportunidade e estrutura uma empresa para concretizá-la. O empreendedor social, em vez de buscar negócio em oportunidades oferecidas pelo mercado, identifica problemas na sociedade e propõe solução por meio de empreendimento lucrativo.

Onde está a diferença? Os dois empreendimentos devem ser rentáveis para se garantirem no mercado, mas o empreendimento econômico social foca seus objetivos no impacto de sua ação na sociedade, além da viabilidade econômico-financeira, e trabalha com o cliente-beneficiário, ou seja, a base da pirâmide para criação do negócio social.

Negócio social é o assunto do livro *Mude Você, Mude o Mundo: Manual do Empreendedorismo Social*, do escritor Gabriel Cardoso, lançada em 13 de junho, onde apresenta conceitos e práticas para se tornar um empreendedor social.

Gabriel Cardoso é empreendedor, gestor, docente, escritor e palestrante e, em 2010, se deparou com uma frase que dizia: “Entre ganhar dinheiro e ajudar o mundo, fique com os dois”. Entendeu, assim, a essência dos negócios sociais: gerar impacto positivo na sociedade e gerar lucro ao mesmo tempo. Em palestra proferida na ocasião do lançamento do livro, na livraria Cultura do Casa Park, em Brasília, o escritor abordou as seguintes itens:

NEGÓCIOS SOCIAIS E NEGÓCIOS TRADICIONAIS:

Gabriel explica que, toda concepção e estruturação do negócio devem estar fundamentadas nestes dois pontos: impacto positivo na sociedade com viabilidade econômico-financeira. Informa que, assim como os negócios tradicionais, – aqueles que só geram lucro – os sociais também devem ser rentáveis para garantir a sustentabilidade, mas são desafiadores por introduzir produto ou serviço novo no mercado e trabalhar com clientes-beneficiários da base da pirâmide.

“O conceito do negócio representará a essência do empreendimento e abordará o problema a ser resolvido”, disse Gabriel (foto). Ele orienta o empreendedor a responder quatro perguntas na formulação do negócio social: **1.** Como o empreendimento resolverá o problema identificado? **2.** Quem e quantas são as pessoas que se beneficiarão com o negócio social? **3.** Quais serão os maiores custos que o empreendimento terá?

PREPARAÇÃO DO EMPREENDEDOR SOCIAL:

“Tornar o mundo melhor é a missão do empreendedor social, onde os problemas da sociedade são a inspiração do negócio que vai trazer uma solução de impacto social e de viabilidade econômico-financeira”, defende Gabriel. Ele considera que, muitas vezes, temos excesso de atitude, pouco conhecimento e nenhuma habilidade; ou excesso de conhecimento, muita habilidade e pouca atitude.

Portanto, o escritor reforça que o empreendedor social deve identificar os problemas na sociedade e tomar iniciativa de maneira que as propostas se convertam em solução para o problema, com modelo de negócio e planejamento.

É importante saber que o empreendedorismo social exige habilidades de vendas (vital importância para o negócio), de finanças (controle de entrada e saída de caixa, balanços e projeções), operações diárias na gestão do negócio e processo de comunicação e decisão nas negociações. “Esses conhecimentos podem ser obtidos em cursos, alguns até gratuitos”, diz.

4. Quais serão as fontes de receita principais e secundárias? “As respostas das duas primeiras perguntas definem o impacto social do negócio, já as respostas das duas últimas abordam a sustentabilidade financeira”, considera.



FOTO: Abelardo Barbosa

AMBIENTE DE ESTÍMULO E SUPORTE:

Incubadoras de empresas – Trabalho realizado principalmente pelas instituições de ensino e dão suporte, apoio e estágio inicial aos projetos empreendedores entre 1 a 3 anos. // **Aceleradoras** – recursos de investidores para estartar empresas, com duração de 4 a 6 meses. // **Coworking** – Compartilhamento de espaço de trabalho e recursos de escritórios de profissionais liberais e empreendedores. Permite troca de ideias, colaboração mútua, *networking* e gera negócios entre os próprios *coworkers*.

INVESTIDORES:

Gabriel diz que as iniciativas de empreendedorismo social evoluíram e atraíram investidores. São fundos, bancos tradicionais, incubadoras, organizações aceleradoras e redes de empreendedores de negócios sociais. Sugere consultar os sites:



www.voxcapital.com.br
www.catarse.com.me
www.kikcante.com.br
www.startando.com.br
www.comecaki.com.br
www.broota.com.br
www.benefituria.com
www.juntos.com.vc
www.bndes.gov.br
www.yunusnegociossociais.com
www.artemisias.org.br
www.ashoka.org.br
www.institutoasas.org.br
www.pipa.vc
www.quintessa.org.vc
www.sitiwi.org.br
www.socialgoodbrasil.org.br
www.anjosdobrasil.net
www.seed.mg.gov.br
www.cofounderlab.com
www.socioteca.com

Movimento cooperativo também surgiu para resolver problemas sociais

O lucro financeiro foi a medida inquestionável de sucesso do empreendedor tradicional. Foi assim por muitas décadas. Por volta de 1990 surgiram experiências de negócios focados no impacto social, com benefícios à sociedade, que fizeram a diferença e trouxeram uma nova forma de empreendedorismo – o empreendedorismo social.

O negócio social, cujo conceito foi criado pelo economista Muhammad Yunus, é um empreendimento com a missão de resolver um problema social em vez de focar em maximizar lucros. Yunus recebeu, em 2006, o prêmio Nobel da Paz pela trajetória na batalha contra a pobreza em Bangladesh, onde nasceu e assumiu, em 1974/75, a cadeira no Departamento de Economia da Universidade de Chittagong.

Engajou-se no programa de melhoria da produtividade agrícola por meio da irrigação e iniciou o microcrédito com recurso próprio (US\$ 27) para aquela população carente. Frustrado com negativas de bancos tradicionais para oferecer crédito sem garantias, fundou o Grameen Bank e outras empresas como negócios sociais.

O movimento cooperativo também começou como uma resposta à solução de problemas sociais. O cooperativismo pretendia, no século XVIII, eliminar o patrão e o inter-

mediário e conceder ao trabalhador a propriedade, seus instrumentos de trabalho e a participação nos resultados de seu próprio desempenho.

Reformadores sociais, como Robert Owen e Charles Fourier, criaram cooperativas de produção. Louis Blanc fundou “oficinas sociais” (artífices do mesmo ofício). Destacam-se, também, Beatrice Potter Webb, Luigi Luzzatti e Charles Gide, que chegou a propor a “república cooperativa”. Em maio de 1838 surgiram as primeiras manifestações concretas de cooperativismo, que culminaram com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (“Rochdale Society of Equitable Pioneers”) (1844), que reunia 28 tecelões da localidade. O movimento francês, organizado na mesma época, teve a iniciativa de Benjamim Buchez (1776-1860) e Louis Blanc (1811-1882). Na Alemanha surgiram as cooperativas de crédito e consumo. Herman Schulze (1808-1883) fundou a Associação das Cooperativas Alemãs em 1859.

Na atualidade, o cooperativismo convive com outras formas de organização empresarial. No Brasil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.

O compartilhamento que implica em novos arranjos

Plataformas tecnológicas proporcionam troca, venda, compra, locação e empréstimo de produtos ou serviços

Quer trocar um óculos que não usa mais por uma blusa, por exemplo? Quer oferecer produtos que estão no depósito da sua casa há muito tempo para alguém que esteja precisando? Quer alugar um ambiente no seu imóvel? Essas perguntas e outras infinitas que envolvem, principalmente, o compartilhamento de produtos entre as pessoas tem uma mesma resposta: economia colaborativa ou compartilhada.

No modelo de negócio colaborativo, o consumidor, com auxílio das novas tecnologias de informação e comunicação, aluga, empresta, vende, troca e compartilha qualquer produto ou serviço, fazendo parte do processo de concepção do produto ou serviço negociado. Na prática, além de promover o contato entre diversas pessoas, estimula o consumo consciente e mais humano, sem o acúmulo de objetos e outros bens. A alternativa pode ajudar quem precisa de um dinheiro extra e quer se livrar do que não usa mais ou apenas promover ajuda entre as pessoas.

Nos anos 90, o professor da Universidade Harvard Michael Porter usava o termo *clusters* para definir concentração de empresas que

compartilhavam suas estruturas. Os negócios colaborativos ganham força na base do compartilhamento pessoa para pessoa. A divisão de custos foi substituída pela vontade de fazer parte de uma rede de negócios em expansão. O incremento das vendas neste modelo de negócio está na aplicação dos cinco

Cresce o consumo colaborativo no DF

No Distrito Federal, a nova forma de economia cresce a cada dia, principalmente pelo uso das redes sociais e pelo apoio tecnológico. Plataformas colaborativas como *Boomerang* e *Tradr* recebem cada vez mais adeptos e mais informações e produtos que serão compartilhados.

O *Boomerang* é uma plataforma colaborativa de troca de produtos, dedicada ao consumo consciente, estimulando a experiência ao invés da posse. Por meio de um grupo no *Facebook*, integrantes podem alugar ou trocar o produto, sendo que a ideia não é vender. Com anúncios criativos e todos os tipos de ofertas – de bicicletas, apetrechos juninos, barracas para acampar, carregadores ou qualquer tipo de objeto imaginável – as pessoas se integram

“Cs”: Crie, Compartilhe, Curta, Comente e Convide. A tecnologia favorece esta economia, alimentada por meio de redes sociais, dispositivos e plataformas móveis. Apesar de ser vantajosa sob certos aspectos para alguns usuários, ela vai implicar em novos arranjos sociais, tributários, políticos e econômicos.

e participam do processo inovador de compartilhamento.

Com a possibilidade de venda e compra, o aplicativo *Tradr* surgiu da ideia de fazer uma fusão do *Tinder* – aplicativo de relacionamentos, mas funciona como um brechó virtual. Utilizando a localização dos usuários, cada um pode identificar quem está mais próximo e deseja doar ou comprar objetos.

A criadora do aplicativo *Tradr*, estudante de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília Jéssia Behrens, encontrou uma forma de se desfazer do que estava acumulado em sua casa e também se conectar com os amigos. “É uma rede de transações de pessoas ao seu redor, seja de venda, troca ou compra de produtos”, explica.



CRIATIVIDADE

Produções nas áreas de informação, arquitetura, artes, cinema, desenvolvimento de *software*, *design*, engenharia, eventos, gastronomia, mídia, moda, pesquisa, publicidade, teatro, entre outras. São atividades criativas que poderão ser utilizadas para implementar soluções de problemas sociais. A criatividade também é responsável pela contribuição para o desenvolvimento econômico.

Na economia criativa, o trabalho é praticamente uma construção coletiva. O projeto criativo que reúne conhecimento, associação com situações de carências e soluções ou denúncias, iniciativa, colaboração e outras habilidades essenciais para desenvolvimento de negócios sociais colaborativos.

Para Gabrielle Lobo, que já fez trocas no aplicativo, a plataforma é também uma forma de proporcionar novas experiências. “O que eu troquei ou vendi já foi importante para mim e pode ser para outra pessoa também. Não precisamos ficar com o que não usamos mais, agora podemos deixar o objeto fazer história para outra pessoa”, comenta.

Para baixar o aplicativo (gratuitamente), acesse a *App Store* no seu celular e digite *Tradr*, disponível para sistemas IOS. Após o *download* já é possível colocar seu primeiro produto no ar através de uma foto e lançá-lo.

No dia 23 de julho, a capital federal conheceu também o movimento *Slow Food* e o aplicativo *Slow Food Planet*, lançado pelo jornalista italiano Carlo Petrini. O aplicativo colaborativo reúne sugestões de onde comer, comprar e passar o tempo livre em diversas

idades no Brasil.

São três categorias para iniciar a busca: tempo para comer, tempo para comprar e tempo para mim. De acordo com informações do *Slow Food Brasil*, são associados do movimento chefs, produtores artesanais e jornalistas, que contribuem com dicas e comentários, de acordo com o perfil do movimento, oferecendo boas comidas e dicas de alimentos bons e limpos. Com o modelo de colaboração, o aplicativo estará sempre em construção e crescimento.

No centro do País, existe também o *Slow Food Cerrado*. Criado em 2009, o movimento permite conectar as pessoas com o cerrado através da ecogastronomia. São pessoas de diversas áreas da sociedade civil em uma atividade sem fins lucrativos apenas para lutar pelo consumo de alimentos bons, limpos e bem cultivados.

CONHEÇA MAIS:

Uber: serviço de carona e compartilhamento de viagens
<https://www.uber.com>

Airbnb: sistema de aluguel e acomodações de pessoas
<https://www.airbnb.com.br>

Tem Açúcar: compartilhamento de objetos com amigos e vizinhos
<http://www.temacucar.com/>

Cabe na Mala: espaço na mala de quem vem do exterior, para trazer produtos
<https://www.cabenamala.com.br/>

Tradr: funciona como um brechó virtual
www.gettradr.com

Boomerang: plataforma para trocar produtos
www.boomerang.cool

Slow Food Cerrado: conecta pessoas por meio da ecogastronomia
www.slowfoodbrasil.com

Funap em busca da reintegração

Uma nova chance de inclusão. É com essa premissa que a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (Funap/DF) procura atuar desde sua criação. Instituída há mais de 27 anos, a Funap desenvolve atividades psicossociais e socioeducativas para a ressocialização da pessoa presa, por meio da educação, do trabalho e da cidadania.

Vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus/DF), a Funap trabalha para a recuperação de internos em regimes semiaberto, aberto e domiciliar, oferecendo oportunidades de reeducação para a convivência em sociedade. Para isso, desenvolve programas sociais nas áreas de educação, cultura, capacitação profissional e trabalho. Quatro projetos se destacam: liberdade sobre rodas; formação profissional continuada; plantando mudas e reciclando vidas e festival de arte e cultura no sistema prisional do DF.

PANORAMA ATUAL – O Distrito Federal está entre os cinco estados do Brasil com maior população carcerária por 100 mil habitantes. De 2.562.963 cidadãos, mais de 14 mil estão presos, conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça (Depen) e da própria Funap. O maior percentual de processos com registro de reincidência se encontra nas regiões Centro-Oeste e Sul, com 75%, conforme números apurados pelo Conselho Nacional de

Justiça (CNJ).

De acordo com a diretora-executiva da Funap, Francisca Aires de Lima Leite, o trabalho encabeçado pela Fundação busca justamente desenvolver o potencial do reeducando e sua cidadania perante a sociedade, para que a ressocialização ocorra sem preconceitos, um dos maiores entraves que os detentos enfrentam.

“Trabalhamos sob três vertentes: educação, trabalho e cidadania. O primeiro é considerado o pilar

da sustentação de todo o processo de ressocialização; o segundo, para que o trabalho tenha caráter ressocializante, o mesmo deve ser capaz de valorizar o reeducando dentro do mínimo legalmente estabelecido e de respeitar sua pessoa enquanto sujeito de direitos; e o terceiro ponto – cidadania – implica que os direitos e os deveres estão interligados, e o respeito e cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada”, revela.

REMIÇÃO – Em abril de 2013 o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio de sua Corregedoria-Geral de Justiça, anunciou ser possível conceder aos presos a remição de pena pela leitura. O argumento utilizado para tal concessão foi o fato de que o estudo está estreitamente ligado à leitura, e tem função de construir o conhecimento e de propiciar a cultura, além de diminuir consideravelmente a ociosidade dos presos e possuir caráter ressocializador.

A remição também é avaliada por meio do trabalho e do estudo. Para auxiliar neste processo, a Funap desenvolve atividades por meio das oficinas de costura industrial, fábrica de bolas, marcenaria, mecânica, panificação, serigrafia, serralheria e práticas agropecuárias, que estão localizadas dentro do Complexo Penitenciário do Distrito Federal - Papuda. Além disso,

também mantém convênio com as Administrações Regionais, órgãos do Poder Judiciário (TST, STF, TJ-DFT), Executivo Federal (ministérios) e empresas privadas.

“Estes contratos dão oportunidade de trabalho aos reeducandos, podendo ser utilizados na área administrativa, serviços gerais, copeiragem, digitalização de documentos, informática, pedreiro, serralheiro, carpinteiro, marceneiro, eletricista, entre outros”, relata a diretora-executiva.

Francisca também alerta que a sociedade pode – e deve – auxiliar neste processo. “Também é função do cidadão receber o apenado igual aos demais trabalhadores, fazendo com que não haja discriminação institucional, orientando nos trabalhos, integrando-o em todos os segmentos do órgão contratante que recebe o reeducando para o trabalho na instituição”, finaliza.

Funap trabalha sob três pilares:

Educação: O sentenciado pode participar das atividades educacionais desde a sua alfabetização até o ingresso no ensino superior, por meio da Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos estabelecimentos penais do Distrito Federal, com professores cedidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Trabalho: Os cursos para a formação profissional são ministrados no Sistema Penitenciário no Centro de Internamento e Reeducação (CIR) e na Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I), em prol da ressocialização.

Cidadania: O exercício da cidadania implica na consciência dos direitos e obrigações de modo a contribuir para o equilíbrio da sociedade.



A Funap desenvolve atividades por meio das oficinas que estão localizadas dentro do Complexo Penitenciário do Distrito Federal - Papuda.

Este projeto conta com o apoio do



Mulheres traçando um novo caminho

A associação Recicle a Vida, em parceria com o Instituto Viva Cidadania, desenvolve o projeto de Capacitação Profissional e Geração de Renda onde mulheres oriundas do sistema prisional ou em situação de vulnerabilidade social estão traçando um novo caminho por meio da profissionalização

Otimistas dizem que nunca é tarde demais para recomeçar e, para as mulheres do Presídio Feminino do Distrito Federal, localizado no Gama – conhecido como Colméia – o pensamento positivo se tornou realidade.

A Associação Recicle a Vida, em parceria com o Instituto Viva Cidadania, desenvolve o projeto de Capacitação Profissional e Geração de Renda, que oferece cursos e oficinas profissionalizantes para formar 175 mulheres em regime semiaberto e fechado do sistema prisional do Distrito Federal. A ideia é que as novas profissionais tenham renda individualmente ou participando de empreendimentos coletivos organizados em associações ou cooperativas.

Nos cursos de manicure e pedicure, cabeleireiro, costura industrial, serigrafia e de chefe de cozinha artesanal, o projeto insere ainda pessoas em situação de vulnerabilidade social ou, por exemplo, meninas de 18 anos que sairão de abrigos e

poderão ser apoiadas. Todo o movimento contribui para a reintegração social por meio do trabalho, além de reduzir a pobreza e a desigualdade social, em uma recuperação da autoestima dos, antes, excluídos.

A coordenadora da Associação, Mônica Licassali, contou que as mulheres seguem uma motivação muito simples. “Nós sempre dizemos ‘você é capaz’. Todas aqui podem ter o próprio sustento, independente das ações do passado. O que importa é o que a pessoa quer ser daqui pra frente, nós acreditamos no ser humano”.

Já são quatro turmas formadas e 40 novas profissionais, prontas para atuar no mercado de trabalho. Além do curso, é oferecida ainda uma palestra sobre empreendedorismo para, caso a mulher decida seguir uma nova carreira ou não se encaixe em um perfil, outras possibilidades são descobertas para que cada aluna seja direcionada a profissionalização com a qual se identifique.

INFORMAÇÕES:

Para saber mais sobre datas de cursos ou atividades promovidas pela associação Recicle a Vida, entre em contato pelo e-mail associacaorecicleavida@gmail.com.



Oficinas profissionalizantes

DEPOIMENTOS

A atual aprendiz de costura Maria de Lourdes Alves de Almeida – conhecida pelas colegas de curso como Mari – superou um problema sério de depressão com a costura. “Eu não conseguia sair de casa e agora não tenho mais depressão. O curso e as colegas mudaram a minha vida. Tenho certeza que não existe psicólogo igual”, brincou Mari, com um sorriso que não iluminava seu rosto há tempo.

Com outra história de superação, Mônica confirmou a “teoria” de Mari. “Certa vez, uma das alunas me disse: eu não tenho vergonha do que fui, mas tenho orgulho do que vou ser. A mudança é nítida”, comentou orgulhosa.

A bacharel em Administração e professora do curso de costura do projeto Rosângela Moreira Buerger adora a atividade e sempre quis ensinar a outras pessoas. Para ela, o curso traz oportunidade também de fazer novas amizades e, principalmente, o sentimento de satisfação quando vê as alunas tão contentes com o novo aprendizado.

“É um ganho de qualquer forma, mesmo se elas não forem inseridas imediatamente no mercado de trabalho. As costuras acontecem para as vizinhas, para a família, e assim vai. Em um exercício, cada uma já confeccionou a própria saia e dá alegria de ver mulheres tão determinadas”, contou.

Grande apoio – Oswaldo Guilherme, gaúcho de 95 anos, contribuiu imensamente para o apoio e a qualificação profissional e ressocialização de presidiários e jovens em conflito com a lei. Ele doou parte de suas economias para o Instituto Viva Cidadania, para que fosse possível tocar grande parte dos projetos.

Arte em Retalhos

Quem adquire produtos de artesanato como colchas de cama, toalhas de mesa, jogos americanos, caminhos de mesa, puxa-saco, entre outras confecções feitas com retalhos de tecidos, estará contribuindo com o projeto de inclusão social da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, cujas peças estão expostas para comercialização no bloco C, box 96 da Torre de TV em Brasília.

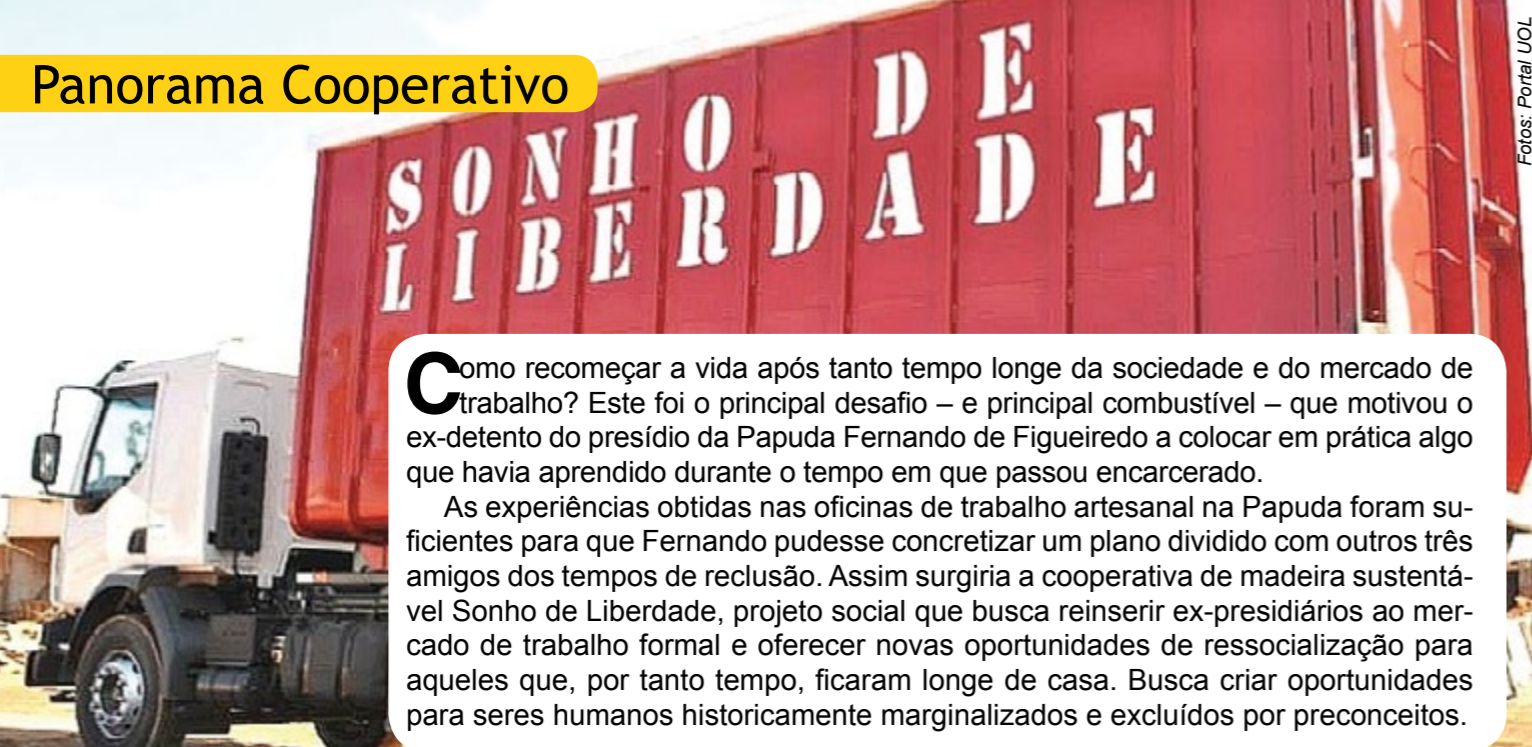
Os produtos artesanais são



Contato:
requinteemretalhos@yahoo.com.br
Telefone - (61) 9301 1389 (Madalena)



O Box Arte em Retalhos fica no bloco C, nº96 na Torre de TV - Brasília



Fotos: Portal UOL

Como recomeçar a vida após tanto tempo longe da sociedade e do mercado de trabalho? Este foi o principal desafio – e principal combustível – que motivou o ex-detento do presídio da Papuda Fernando de Figueiredo a colocar em prática algo que havia aprendido durante o tempo em que passou encarcerado.

As experiências obtidas nas oficinas de trabalho artesanal na Papuda foram suficientes para que Fernando pudesse concretizar um plano dividido com outros três amigos dos tempos de reclusão. Assim surgiria a cooperativa de madeira sustentável Sonho de Liberdade, projeto social que busca reinserir ex-presidiários ao mercado de trabalho formal e oferecer novas oportunidades de ressocialização para aqueles que, por tanto tempo, ficaram longe de casa. Busca criar oportunidades para seres humanos historicamente marginalizados e excluídos por preconceitos.

Oportunidades recicladas

O grupo deu início às atividades em 2005, já nas ruas da Cidade Estrutural, ainda focado na produção manual de bola. Dois anos depois, Fernando e seus amigos enxergaram na reciclagem de madeiras descartadas um novo caminho para impulsionar as finanças. Com o conceito de trabalho reformulado, os materiais sem uso utilizados pela construção civil, comércio e indústria passaram a ter novo valor, produzindo estacas para marcações topográficas e condução de mudas.

“O nome ‘Sonho de Liberdade’ fala muito alto aos nossos corações, porque naquela época era apenas um desejo, hoje já se tor-

nou realidade. Estávamos presos, um grupo de presidiários dentro do sistema penitenciário sem nenhuma perspectiva quando saíssemos daquele local”, relembra.

A cooperativa conta com a união de 80 cooperados que, pela soma de esforços, obtêm a sobrevivência, dignidade e participação na sociedade. Desde que foi formalizada, no dia 7 de maio de 2009, a Sonho de Liberdade tem apenas motivos para comemorar: já conta com renda anual de aproximadamente 1 milhão de reais. A empresa também tritura madeira para transformá-la em combustível.

Em quase 10 anos de história, a cooperativa, que teve sua funda-

ção atrás das grades, hoje pode ser considerada uma porta de entrada. “Não damos oportunidade para quem tem currículo bom e está com a ficha limpa. Oferecemos vagas para quem precisa mudar de vida como eu precisei. Não estamos investindo em banco, estamos investindo em vidas”, reforça Fernando. De acordo com Figueiredo, quando a cooperativa de reciclagem começou a dar resultado, os cooperados decidiram fazer uma parceria com a Universidade de Brasília, que criou uma linha de seis produtos. A universidade fez o design dos móveis. Os produtos são vendidos sob encomenda para restaurantes, lojas e empresas.



Fotos: Portal UOL

Por meio da sustentabilidade, a cooperativa Sonho de Liberdade associa ex-detentos e oferece chances para aqueles que desejam recomeçar uma nova vida.

PARCERIAS

A cooperativa Sonho de Liberdade conta com o apoio do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB e do Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/DF.



Eustáquio Santos
Presidente da Cooperativa
Ecosol Base Brasília

Capacidade de inovar

Certas pessoas afirmam com orgulho que são ou foram sempre os donos de seus negócios. São os empreendedores que enxergam oportunidades de trabalho e renda nas mais diversas condições. Alguns são grandes empresários, outros são pequenos ou micro. O que os identifica são as iniciativas e a capacidade de iniciar os negócios mesmo em condições adversas.

Mesmo quando há situação de pleno emprego, muitos preferirão manter o próprio negócio a trabalhar para terceiros. Agricultores, comerciantes, mineradores, industriais e prestadores de serviços encontram maneiras de viabilizar seus empreendimentos, ainda que não tenham todos os meios para sua implantação e financiamento do capital de giro.

Após o advento dos computadores e da internet, muitas empresas surgiram em fundos de quintais e se tornaram grandes em um curto prazo. O seu maior patrimônio é a criatividade, a capacidade de inovarem e oferecerem produtos e serviços que agradem de imediato seus usuários; produtos que permitam fazer melhor e de forma mais eficaz alguma atividade ou que sejam totalmente inéditos.

O microempreendedor pode ser visto por toda a cidade. São os ambulantes, os que vendem produtos da moda, frutas, os que produzem e vendem pamonha, bolos e doces, os que organizam festas, os artesãos que participam de feiras, os músicos que tocam em locais públicos, os recicladores de materiais, os profissionais como bombeiro, pedreiro, pintor e amolador de facas. Pessoas que garantem o conforto e que ganham honestamente seu sustento. Todos tem capacidade de inovar.

Porque você merece!

www.ecosolbasebrasil.com.br
E-mail: revistatoquesolidario@gmail.com
Telefones: 61 - 3202 7550 / 9618 7639



Amplie as oportunidades. Anuncie!

Circulação: abril; agosto; dezembro

Tiragem: 10 mil exemplares

Distribuição gratuita DF e Entorno: Escolas, Órgãos Públicos e Privados, Empreendedores e Trabalhadores coletivamente organizados em Associações, Cooperativas, Sindicatos, Redes e Grupos Produtivos.

Lago Norte tem viveiro comunitário

Os moradores do Lago Norte já podem contar, desde o dia 3 de julho, com uma novidade: um viveiro comunitário dentro da região administrativa. Localizado no SHIN 6, ao lado do Grupo de Escoteiro Lis do Lago, o ambiente é um espaço educador que possibilitará a visita dos alunos dos colégios da região para o desenvolvimento de atividades que trabalham de forma ampla os aspectos sociais, ambientais e culturais. O viveiro é fruto da parceria entre a Administração Regional do Lago Norte, Secretaria de Meio Ambiente, Ibram, Emater e a comunidade das escolas da região.

O objetivo do espaço é fortalecer o equilíbrio ambiental, ajudando a recuperar as nascentes e os córregos da região do Lago Norte, além de também gerar e desenvolver, de maneira participativa, conhecimentos e metodologias adaptadas à realidade sociocultural. A doação de mudas para os moradores será mais uma meta da Administração Regional.

“Por meio da educação ambiental pretendemos promover, pelas

mãos das crianças, uma grande arborização, que é um compromisso de governo. Esse trabalho só é possível com o envolvimento de toda a comunidade”, destacou Marcos Woortmann, administrador do Lago Norte.

O viveiro tem capacidade de produção de até 30 mil mudas por ano, dentre elas espécies nativas do cerrado como o pequi, copaíba, ipês roxo, amarelo, branco e rosa, aroeira, angico, jerivá, caju do cerrado, jenipapo e jatobá. As sementes utilizadas são coletadas nos parques e áreas verdes de Brasília.

Os moradores doaram sementes de jerivá e jambo roxo. Nilo Bairros, morador de um Núcleo Rural da região, fez doação de mudas de peroba, xixá, jatobá, mutamba e outras. “Saber que o Lago Norte tem um viveiro de mudas é o melhor dos incentivos pra gente semear mais e mais sementes. A iniciativa ajuda a construir a noção de pertencimento na sociedade, e estimula a criançada e seus pais a entrarem na brincadeira de plantar”, disse.



Fotos: ADM Lago Norte

Viveiro comunitário do Lago Norte, localizado no SHIN 6, SL4/6, AE, S/N, ao lado do Grupo de Escoteiro Lis, já está aberto à comunidade desde o dia 3 de julho/2015



INFORMAÇÕES:

Para doar sementes ou mudas para o viveiro comunitário ou outras informações entrar em contato com a Administração Regional do Lago Norte pelo telefone (61) 3468.9420.



ECOSOL BASE BRASÍLIA

COOPERATIVA CENTRAL DE APOIO
AO SISTEMA ECOSOL NO DF

No Ideal da Inclusão



Revista Toque
Solidário

Jornada
Inclusiva

Estimulamos a promoção social, a geração de renda e a difusão da cultura solidária e inclusiva por meio do fortalecimento das práticas e dos princípios do associativismo, do cooperativismo e da solidariedade em defesa dos direitos sociais.

www.ecosolbasebrasil.com.br



Abrahão Junior
Diretor executivo da
Vivence Consultoria

Prorrogação da Lei 13.019/2014

- Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) -

A Medida Provisória nº 684, de 21 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte, prorrogou mais uma vez a vigência da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, também conhecida como “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC”. Com esta Medida, a nova Lei passa a vigorar a partir de janeiro de 2016. A desculpa recai sempre na necessidade do amplo debate, mas é evidente que o governo até agora não chegou a um consenso sobre as definições dessa nova gestão das parceiras.

Este novo regime demanda grandes mudanças estruturais na administração pública, bem como nos parceiros envolvidos e traz significativas mudanças também no uso de recursos públicos via transferências voluntárias. As relações que os órgãos federais terão com os parceiros, como concedente de recursos, ainda precisam de muitas definições. Nem os órgãos públicos sabem ao certo como será essa relação, nem o modelo, o que se sabe é que os termos devem ser pautados em bases mais leves em todo o processo.

A PRIORI TEMOS ALGUNS PONTOS A SEREM OBSERVADOS

1. ORGANIZAÇÕES ABRANGIDAS PELA NOVA LEI

As organizações da sociedade civil que poderão celebrar o Termo de Fomento e o Termo de Colaboração são as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, selecionadas por meio de edital de chamamento público, independente da exigência de títulos ou certificados. Ficam excluídas das novas regras os clubes, as associações de servidores, os partidos políticos e entidades similares. Os segmentos da Economia Solidária também podem participar, mas não fica claro a abrangência das cooperativas. Acredito que no Decreto de regulamentação esses pontos ocultos serão definidos.

2. TERMO DE COLABORAÇÃO E TERMO DE FOMENTO

O Termo de Colaboração terá forma própria e segue a formalização tradicional, ou seja, a administração pública realiza chamamento público dentro das suas políticas e programas disponíveis e abre aos interessados para compor parceria. Este procedimento substitui a formalização por convênios ou contratos de repasse. Já o Termo de Fomento é uma inovação e recai no fato de que as propostas virão das Organizações da Sociedade Civil, por meio de manifestações de interesse social, com o tema (política) pertinente ao órgão federal, onde serão avaliadas internamente a pertinência de se abrir processo de chamamento público.

3. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Os critérios são mais rigorosos para participação, uma vez que se abre uma janela de credibilidade para futuras entidades parceiras. Assim, a nova Lei estabelece, em seus art. 33 e 34, os seguintes requisitos:

REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO ESTABELECIDOS

Entidades da organização da sociedade civil, cujos estatutos disponham expressamente sobre:

(a) Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

(b) A constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;

(c) A previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da nova Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

(d) Normas de prestação de contas sociais a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo: a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade; e que se dê publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço (FGTS), colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.

Importante observar que as entidades devem adequar seus estatutos, caso não disponham expressamente sobre esses temas. Outro requisito importante é a regularidade documental da entidade.

ASSIM AS ENTIDADES DEVEM APRESENTAR

1. Prova da propriedade ou posse legítima do imóvel, caso seja necessário à execução do objeto pactuado;

2. Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

3. Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações;

4. Documento que evidencie a situação das instalações e as condições materiais da entidade, quando essas instalações e condições forem necessárias para a realização do objeto pactuado;

5. Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

6. Relação nominal atualizada

dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de cada um deles;

7. Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

8. Regulamento de compras e contratações, próprio ou de terceiro, aprovado pela administração pública celebrante, em que se estabeleça, no mínimo, a observância dos princípios da legalidade, da moralidade, da boa fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

OBSERVAÇÃO

Nada impede que cada órgão solicite documentos adicionais nas chamadas públicas. Sendo assim, esta documentação deve ser encarada como requisitos mínimos que a entidade deve se enquadrar.

Governança e Gestão

COOPERATIVA

A HISTÓRIA DOS TRABALHADORES ORGANIZADOS EM COOPERATIVA TEM MUITOS ATORES, UMA DEFINIÇÃO...

Cooperativa é uma organização associativa com objetivo econômico.



... E UM VALOR AGREGADO!

A cooperativa também gera negócios com impactos sociais positivos.



FERRAMENTAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO PROPICIAM GANHOS DE PRODUTIVIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA.

GOVERNANÇA

A governança é um arcabouço que vai disciplinar as estratégias, métodos, políticas, leis e regulamentos que regem a maneira como uma Cooperativa é dirigida, administrada ou controlada. No processo de governança os cooperados definem suas representações em instâncias deliberativa, executiva, de controle e fiscalização.



GESTÃO

A gestão é estruturada de acordo com as atividades da Cooperativa. É representada pelos Órgãos de Direção, Conselho de Administração e Fiscal e Diretoria Executiva. Tem a função de atingir os objetivos e consolidar os resultados definidos pelos associados. Torna-se importante a transparência e o monitoramento em todos os processos da gestão.

O compromisso do gestor é suficiente para evitar desvios?



FUNÇÃO: Deliberativa-Conselho de Administração; Executiva-Diretoria; Controle-Conselho Fiscal

Como os trabalhadores podem resolver necessidades e gerar renda?

A COOPERATIVA TEM 13 RAMOS DE NEGÓCIOS...



A resposta passa pelos processos de governança e gestão.



Como os cooperados garantem resultados satisfatórios?



COM CARACTERÍSTICA PRÓPRIA...

ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA: Enquanto Organização Associativa, a cooperativa reúne pessoas com interesses comuns, direitos e deveres estabelecidos em estatuto.

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA: Enquanto Organização Econômica, os cooperados são donos, proprietários, usuários, fornecedores e beneficiários da produção da Cooperativa, dentro da lógica da cooperação, onde todos ganham.

Participando das assembleias, dos Conselhos e das atividades da cooperativa.



AUDITORIA

AUDITORIA INTERNA:

Avalia as práticas e os processos da gestão e indica ao gestor o andamento das ações.

INTERESSADOS:

(Cooperados) Verificação com metodologias definidas.

AUDITORIA EXTERNA:

Verificação de todas as fases da execução, avaliação do resultado e seu impacto.

NÃO. Boas intenções não evitam danos!



NEGÓCIOS COOPERATIVOS DEVEM SER FISCALIZADOS SEMPRE!

BOA GOVERNANÇA



PRÁTICA DA BOA GOVERNANÇA: O gestor representa os cooperados que, são os donos do negócio

A boa governança Cooperativa combina inclusão produtiva com justiça social. Permite independência ou atuação em redes de colaboração para vencer desafios do mercado. Cria uma cultura de trabalho autogestionário e de transformação de valores.

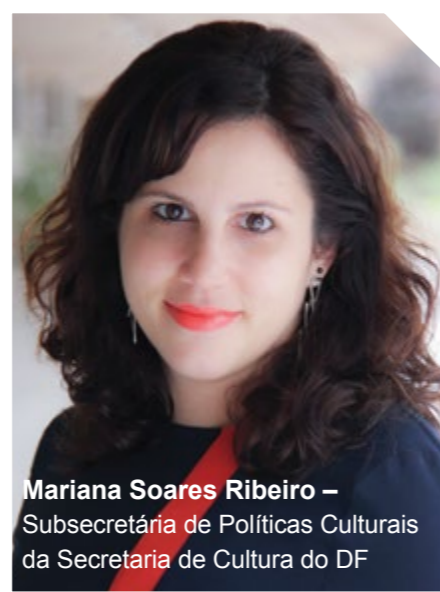
Puxa!... Governança e gestão cooperativa é mesmo um aprendizado.



Aprendizado que reforça a cooperação e pode gerar trabalho e renda.



“Nossos esforços estão em colocar a cultura como eixo do desenvolvimento sustentável e descentralizado no DF”



Mariana Soares Ribeiro –
Subsecretária de Políticas Culturais
da Secretaria de Cultura do DF

Foto: Junior Aragão

Quais são as propostas para o desenvolvimento cultural do Distrito Federal a serem aplicadas nesta gestão?

Nossos esforços estão em colocar a cultura como eixo do desenvolvimento sustentável e descentralizado no Distrito Federal. Não é mais possível que a cultura seja encarada meramente como eventos artísticos e fomento aos produtores e artistas. Ela deve estar articulada com áreas como educação, saúde, habitação, meio ambiente e inclusão social, fortalecendo um processo integrado de desenvolvimento na população do território.

Nesse sentido, a política cultural terá êxito se conseguir impactar a transformação da vida da população do DF como um todo e ser percebida por ela como essencial para sua qualidade de vida. Para isso, estamos priorizando ações em seis eixos de trabalho: desburocratização e ampliação do acesso e consumo cultural; trabalho intersetorial e transversal com outras áreas; transparência e participação; marcos legais para a sustentabilidade das políticas culturais; desenvolvimento territorial inclusivo a partir da cultura; inovação e novas tecnologias.

Considerando que a produção cultural é um processo que, em muitos casos, passa pela cria-

ção coletiva, dentro do universo da Economia Solidária e criativa, quais são as prioridades estabelecidas nesta Secretaria?

Desde o início da gestão estamos nos aproximando de maneira transparente e aberta de diversos coletivos, da sociedade civil - organizada ou não - e propondo um processo participativo de elaboração e execução das políticas culturais.

Projetos como os Diálogos Culturais - de encontros abertos com a população do Distrito Federal para debater o futuro do cenário da arte, cultura e empreendedorismo cultural para construção do Plano de Cultura do DF pelos próximos dez anos - e o Portas Abertas, que recebeu na Secult comunidades culturais tradicionalmente excluídas, como a cigana, por exemplo.

Na nossa gestão, esse olhar vem transpassando todas as áreas: fomento, patrimônio, promoção e difusão, diversidade cultural, etc. Está no meu DNA e está no DNA da equipe que temos hoje na Secult.

Sabemos que a cidade está fervilhando de iniciativas de coletivos em todas as áreas: de design, gastronomia, artes visuais e música. Gente que está desenvolvendo produtos, comercializando, mobilizando públicos. Então cabe à nossa gestão acompanhar e apoiar esse processo. Neste âmbito, queremos

fortalecer projetos como a Incubadora BSB Criativa, que ajuda na formação e formalização de empreendedores criativos, fomentar espaços culturais independentes, que abrigam esses coletivos e suas atividades, e apoiar iniciativas de residências e criação coletiva envolvendo artistas locais em parcerias nacionais e internacionais.

Como a política da Secretaria da Cultura do DF valoriza esses grupos incluídos na gestão de apoio aos novos beneficiários de projetos oriundos de cultura solidária? Como estimulá-los?

Acreditamos que nossa principal contribuição nesse sentido é ampliar e facilitar o acesso aos recursos do fomento cultural, desburocratizando os mecanismos de apoio, promovendo a descentralização dos equipamentos e atividades culturais e desenvolvendo parcerias com as iniciativas independentes. Somente assim conseguiremos ser mais inclusivos.

Isso vem ao encontro de uma mudança de paradigma que estamos tentando provocar sobre o papel do Estado na cultura. Para nós, ele não é o grande financiador e contratante, que dita as regras de como se dão os investimentos. Ele é um dos agentes que deve atuar

para fortalecer de maneira sustentável as iniciativas que estão aí, fervilhando, e são legítimas manifestações de nossa cultura, da nossa identidade. Para isso, precisamos quebrar barreiras e nos aproximar das reais necessidades, não do setor cultural, mas da sociedade como um todo.

Como pretende fomentar a economia criativa nesta gestão? Quais ações/produções serão priorizadas?

A Economia da Cultura/Criativa ainda é um conceito que enfrenta muitas resistências no Brasil. Muitos a veem como um conceito importado, imposto, de exploração econômica. Nós a encaramos como inerente à produção artística e cultural. Nossa economia criativa “tupiniquim” deve reconhecer seus agentes, sua base comunitária e seu território e trabalhar para fortalecer os fluxos contínuos de criação e fruição de bens e serviços culturais, deslocando seu foco para o processo e não para os produtos. Ela reconhece e potencializa as iniciativas do território e não impõe um modelo de exploração econômica.

Compreendemos que o principal papel do Governo perante a Economia Criativa é gerar mecanismos de fomento e qualificação estruturantes e contínuos aos modelos de desenvolvimento propostos por cada território, ampliando as possibilidades de colaboração entre as experiências e modelos ativos.

Neste primeiro momento, vamos priorizar a formação, capacitação e intercâmbio dos trabalhadores criativos e promover as iniciativas nesse campo. Estamos desenhando e temos expectativa de implementar em 2016 um Sistema de Informação e Indicadores Culturais,

que pretende mapear quantitativa e qualitativamente de maneira contínua a produção criativa e consumo cultural. Hoje isso não existe no DF. Precisamos ter dados mais científicos sobre o setor para balizar as políticas culturais e avaliar de que maneira elas estão impactando no desenvolvimento do DF.

Há previsão de lançamento de edital do Fundo de Apoio à Cultura - (FAC)? Qual o montante de recursos previstos? Quais as orientações e linhas de apoio aos projetos de segmentos culturais interessados em participar?

O primeiro edital do FAC de 2015 está previsto para ser lançado até início de agosto. No dia 19 de julho a Secretaria de Cultura reuniu o Conselho de Cultura e membros da classe artística para apresentação da minuta do primeiro edital. A minuta ficou disponível para consulta pública de 13 de julho a 19 de julho de 2015, através da plataforma de participação *participa.br*. Para o primeiro edital estão previstos cerca de 33,2 milhões, distribuídos entre as seguintes áreas: Artes Plásticas, Visuais e Fotografia; Artesanato; Manifestações Circenses; Cultura Popular e Manifestações Tradicionais; Dança; Design e Moda; Literatura, Livros e Leitura; Música; Ópera e Musical; Patrimônio Histórico e Artístico material e imaterial e Teatro.

Ainda estão previstos mais dois editais, que provavelmente serão lançados na segunda quinzena de agosto. Apesar da consulta já estar encerrada, não sendo mais possível comentar a minuta do Edital, os interessados ainda podem visualizar a proposta para o primeiro edital, onde estão presentes as orientações gerais e linhas de apoio

disponíveis através do endereço <http://www.participa.br/culturadf/consulta-fac>.

Qual o andamento do projeto de “Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial e a Superação da Extrema Pobreza” que está sendo realizado em parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Cultura do DF.

O Projeto Ações Integradas já superou as 100 visitas de mobilização de empreendimentos solidários no DF previstas inicialmente. Com a etapa de diagnóstico socioeconômico em progresso, levantou-se que a Economia Solidária no DF é formada em grande parte por artesãos, seguidos pelos agricultores familiares, catadores, artistas e trabalhadores autônomos. Outro aspecto revelado através do diagnóstico socioeconômico é que a Economia Solidária do DF é formada, em sua maioria, por mulheres. Na etapa atual, o Projeto está realizando rodadas de oficinas para o desenvolvimento dos planos de negócios de mais de 100 empreendimentos econômicos solidários.

Que outras frentes culturais que beneficiam a Economia Solidária, serão realizadas com recurso do Ministério do Trabalho/Senaes nesta Secretaria para este ano?

Cabe ressaltar que foi criada nesta nova gestão a Subsecretaria de Economia Criativa e Solidária, vinculada à Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável, com quem estamos em permanentes conversas para consolidar as ações voltadas para este campo. Até o momento não temos novas frentes abertas nesse campo junto ao Ministério do Trabalho.



Foto: Camila Schreiber

Escolas do Gama se preparam para implantar o cultivo de horta orgânica

Kits com adubo e ferramentas para as escolas

A Escola Classe nº 6 do Gama, Ano Distrito Federal, encerrou em 7 de julho o curso de horta orgânica e viveiro, aberto para professores, auxiliares de ensino e comunidade. Foram seis encontros às terças-feiras para tratar dos temas: plantação de canteiros, adubo orgânico, controle de pragas e doenças, produção em estufa, sistemas de agricultura, solo e conservação, entre outras orientações preparatórias para implantar o cultivo orgânico nas escolas da rede oficial daquela Regional de Ensino.

O curso de horta orgânica e viveiro, articulado pela diretora da escola, Katia Maria, é fruto de parceria entre a Secretaria de Educação, a Emater e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). O objetivo é estimular a plantação e o consumo de alimentos saudáveis nos estabelecimentos de ensino. Ao final, as escolas participantes levaram um kit com adubo e ferramentas básicas.

Com a cultura da horta na escola, os alunos poderão aprender a importância de consumir alimentos

orgânicos e fresquinhos, colhidos diretamente da horta. Tudo que é produzido na horta é utilizado para a merenda das crianças e também aproveitado pela comunidade local.

Para o coordenador da Regional de Ensino do Gama, Fernando Freire, é uma solução que está no quintal. “Promovemos uma mobilização dos profissionais de educação para passar novos valores para os alunos. A horta é um instrumento também de integração com a sociedade”, comenta.

O servidor público aposentado

Antônio Amorim dos Santos, que encontrou na plantação de hortaliças uma realização, decidiu se dedicar aos trabalhos voluntários na Escola Classe. Tornou-se o amigo da escola. Conhecido como “tio Amorim” pelas crianças, ele conta que o trabalho não poderia trazer satisfação maior. “Estou diariamente com essas crianças cuidando da horta, podendo falar a elas sobre o valor nutricional dos alimentos. É muito gratificante. Eu participo do aprendizado e as crianças crescem de forma mais saudável”, afirma, satisfeito.

Anfitrião do evento, juntamente com a direção da escola, o coordenador da Regional de Ensino do Gama, Fernando Freire, recepcionou autoridades representantes da Administração local, da Câmara Distrital, da Superintendência do Senar, da Agricultura, da Presidência da Emater/DF. A professora Maria Antônia Rodrigues, administradora regional do Gama, reafirmou os compromissos na administração da cidade e parabenizou a iniciativa.



Antônio Amorim (esq.) recebe homenagem pela contribuição no cultivo de horta escolar.

Fotos: Camila Schreiber



Professoras da rede oficial de ensino receberam certificados de participação.



Autoridades, professores, alunos e comunidade escolar prestigiaram o encerramento do curso e visitaram a horta orgânica na Escola Classe 6 do Gama.



Segue em tramitação o PL 4685/2012 rumo à consolidação do marco legal da Economia Solidária

Em reunião ordinária dia 12 de agosto último, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, o PL 4685/2012, que “dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências”, tem vista conjunta aos Deputados Assis do Couto, Valdir Colatto e Zeca do PT.

Em 07 de julho deste ano, o Deputado Ronaldo Lessa (PDT/AL), Relator do PL da Economia Solidária na CAPADR emitiu Parecer pela aprovação deste e das Emendas do Relator 1 e do Relator 2 da Comissão de Finanças e Tributação - CFT, com substitutivo.

“A Emenda nº 1 da CFT possibi-

lita o registro dos empreendimentos econômicos solidários no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, de vez que são sociedades civis sem fins lucrativos e com fins econômicos, com base no Código Civil em vigor, reduzindo os custos e a burocracia que adviriam do registro em Juntas Comerciais. Já a Emenda nº 2 da CFT institui o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL, destinado ao reconhecimento público desses empreendimentos, para possibilitar o acesso às políticas públicas nacionais de Economia Solidária, programas de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações de caráter público”, informa o Deputado Ronaldo Lessa, em relatório.

Em regime de tramitação ordinária, conforme relatório, “a proposição já passou pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC (que aprovou o Projeto de Lei, por unanimidade) e pela Comissão de Finanças e Tributação-CFT (que aprovou, unanimemente com duas Emendas).

A apresentação do PL 4685/2012 em 8 de novembro de 2012, conquisita do movimento da Economia Solidária, ocorreu depois de audiência pública no Congresso Nacional pelos deputados Paulo Teixeira-PT/SP, Eudes Xavier - PT/CE, Padre João - PT/MG, Luiza Erundina - PSB/SP, Miriquinho Batista - PT/PA, Paulo Rubem Santiago - PDT/PE, Bohn Gass - PT/RS e Fátima Bezerra - PT/RN.

Plano Nacional de Economia Solidária é lançado em Brasília

Apoiar e fortalecer 20 mil empreendimentos econômicos, oferecendo condições de produção, comercialização e consumo, que respeitem parâmetros sustentáveis e solidários e promover a formação de 200 mil pessoas nos próximos cinco anos. Esses são alguns dos objetivos do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, aprovado no dia 18 de junho pela Resolução Nº 6 de 26 de março de 2015 do Conselho Nacional de Economia Solidária, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e assinado pelo ministro Manoel Dias.

Fruto das deliberações da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária – realizada em no-

vembro de 2014, o documento servirá de base para a formulação das prioridades no Plano Plurianual do Governo Federal 2016/2019. De acordo com Sebastiana Almire de Jesus, conselheira pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o desafio agora é fazer com que a Economia Solidária seja uma temática transversal a ser trabalhada nos próximos quatro anos.

INICIATIVAS – Estabelecer um marco legal atualizado, que dê segurança jurídica a atuação das cooperativas e associações e proporcione reconhecimento aos empreendimentos é outro propósito do Plano. No Congresso Nacional



O Plano Nacional, que é um instrumento de orientação da política pública, desenvolveu a articulação dos seguintes eixos: Contextualização, Objetivos e Estratégia, e Linhas de Ação e Diretrizes Operacionais do Plano.

existem quatro projetos de lei sobre o tema: o PL 4685/2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e sobre o Sistema Nacional da Economia Solidária; o PLS 03/2007, que regula e incentiva a criação de sociedades cooperativas; e os PL 3723/2008 e PLP 386/2008, que tratam sobre os tributos aplicáveis às cooperativas.

Tá a fim de vender?

Dica!

O empreendimento não paga para ter seus produtos na loja!

O que vender?

Tudo que se encaixar no negócio solidário.

Como participar?

Faça sua inscrição e exponha seu produto ou serviço.

A loja virtual Toque Solidário é uma proposta da Ecosol Base Brasília para promover atividades de geração de renda, fortalecendo as práticas e os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária, além de ampliar acesso ao mercado. Participe!

www.ecosolbasebrasil.com.br





soluções gráficas

SIG Q. 8 - Lote 2265
Parte D - Térreo
Brasília / DF
CEP: 70.610-480

FONE/FAX: (61) 3344.9978 E-MAIL: hsolucoesbsb@gmail.com